

P22on

FGV EAESP

CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

DEZEMBRO | 2015



FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

Coordenador
Mario Monzoni

Vice-coordenador
Paulo Durval Branco

Editora
Amália Safatle

Pesquisadores do FGVces
Annelise Vendramini, Fernanda Casagrande Rocha,
Paula Peirão de Oliveira

Coordenador de Comunicação
Ricardo Barretto

Gestora de Produção
Bel Brunharo

Produção do website
Milene Fukuda

Produção de vídeos
Jorge Novais Telles (Tela Plana)

Textos
Amália Safatle, Fernanda Macedo, Magali Cabral

Colaboração
Eduardo Diniz, Lauro Gonzalez

Revisão
José Genulino Moura Ribeiro

Agradecimentos
Equipe do Programa de Finanças Sustentáveis do FGVces

Conselho Editorial
Annelise Vendramini, Aron Belinky, Daniela Gomes
Pinto, Fernanda Carreira, Guarany Ipê do Sol Osório,
Luciana Betiol, Mariana Goullos, Mario Monzoni,
Munir Soares, Paulo Durval Branco, Ricardo Barretto

Finanças sustentáveis. E eu com isso?



Roteiro: Magali Cabral | Produção: Magali Cabral e Milene Fukuda | Locução: Bruno Toledo e Milene Fukuda

Finanças. Nem todo mundo aprecia o tema.

Mas, goste ou não, o sistema financeiro é parte do dia a dia das pessoas. E tem um papel dos mais importantes na construção de uma nova economia, capaz de gerar bem-estar social em harmonia com o meio ambiente.

Para não cair de cabeça na avalanche de instrumentos financeiros importantes que se acumularam ao longo dos anos, uma rápida retrospectiva pode ajudar a entender o que os bancos, as seguradoras, as bolsas de valores têm a ver com conservação da natureza, desastres ambientais, aquecimento global.

A história das finanças confunde-se com a história da civilização.

O dinheiro foi inventado mais ou menos 500 anos antes de Cristo. E, quase dois milênios mais tarde, por volta de 1400, surgiu o sistema bancário, em Florença, na Itália.

Não demorou e o sistema de crédito já estava financiando as grandes navegações, a ciência, a construção de novas cidades. Ou seja, crédito e investimentos foram a chave da construção econômica histórica. Sem isso a economia não seria como é hoje... O mundo não seria como é hoje.

Com essa enorme influência no progresso e no desenvolvimento dos países, na segunda metade do século passado começou a ficar evidente a responsabilidade, ou melhor, a corresponsabilidade do sistema financeiro ao bancar atividades econômicas que causam impactos ambientais e sociais negativos.

Sendo inegável o poder de influência das finanças na sociedade, no início dos anos 2000 começaram a surgir iniciativas como os Princípios do Equador, mostrando que era possível combinar investimentos e operações financeiras com sustentabilidade.

Nos Princípios do Equador, os bancos signatários exigem das empresas tomadoras de crédito compromissos com uma série de providências e cuidados socioambientais.

Nos últimos anos, surgiram diversos instrumentos, alguns ainda em fase experimental, com o propósito de usar mecanismos financeiros em prol de uma economia mais verde e mais inclusiva.

Entre as mais importantes estão:

- Incorporação do capital natural nas contas nacionais Climate finance
- Mercado de Cotas de Reserva Ambiental
- Green Bonds
- Finanças alternativas
- Finanças inclusivas
- ROI (retorno sobre o investimento) socioambiental

Detalhes sobre cada uma dessas tendências, assim como um panorama atual e histórico das finanças sustentáveis, estão nesta terceira edição de P22_ON.



FOTO ROYCE BAIR

Finanças: quando surgiram e como podem se aliar à sustentabilidade

POR MAGALI CABRAL

O sistema financeiro tem um longo e interessante passado que começa logo depois da Pré-História com a invenção do dinheiro. Ao cunharem as primeiras moedas cerca de 2.500 anos atrás, os lídios (habitantes da atual Turquia) e os gregos instituíram o marco zero dessa história que, em determinado momento, passou a ditar os rumos da civilização.

Uma breve passagem por uma linha do tempo pode, mais do que mostrar o poder de influência das finanças no cotidiano das pessoas e nos destinos da humanidade, ajudar a entender por que o sistema financeiro tem um papel de protagonismo na construção da nova economia.

A ficção na verdade

Grandes teóricos de todas as correntes da ciência econômica estudaram e escreveram sobre o papel do dinheiro na história da civilização. Mas é o relato do antropólogo americano William Henry Furness, III no livro *A Ilha do Dinheiro de Pedra*, de 1910, que retratou como poucos a surpreendente base fictícia que existe por trás do sistema monetário. Um trecho dessa história foi transcrito pelo prêmio Nobel de Economia Milton Friedman em *O Poder do Dinheiro* (1992). Em 1903, o antropólogo visitou a pequena ilha Yap, em meio às Ilhas Carolinas na Micronésia, onde a moeda, por falta de metal na região, era esculpida em grandes pedras calcárias. Ele conta que o fei, como era chamado o dinheiro local, tinha um orifício no meio para possibilitar seu transporte com a ajuda de varas bem resistentes.

O lado mais ilustrativo da história é que as moedas fei, por serem muito pesadas, não eram transportadas de uma casa para outra. Bastava o reconhecimento de sua posse depois de uma transação qualquer e a “moeda” podia permanecer no mesmo lugar.

O lastro da fortuna de uma das famílias mais bem-sucedidas da ilha, por exemplo, era um imenso fei que fora parar no fundo do oceano em decorrência de uma tempestade durante o seu transporte. Apesar de não poder mais ser recuperado, todos reconheceram que a valiosa moeda estava lá e, assim, a riqueza da família foi garantida.

Parece ficção, mas por que um dinheiro de pedra depositado no fundo do mar valeria menos do que pedaços de papel com números impressos supostamente guardados dentro de um banco? Um pedaço de papel em si não tem valor monetário, o que vale é a confiança que o outro tem de que há ali um valor embutido. “Papel, argila, tela de computador, o que importa é a confiança inscrita”, confirma o professor de História da Universidade Harvard Niall Ferguson, autor do livro e documentário *A Ascensão do Dinheiro* (veja ao lado):



A verdade na ficção

Em *O Mercador de Veneza*, William Shakespeare deu vida a Shylock, um agiota que emprestava dinheiro a juros a não judeus (a religião judaica proibia judeus de cobrarem juros de outros judeus) e exigia dos tomadores o compromisso de entregar-lhes fatias da própria carne em caso de não ressarcimento dentro do prazo estipulado.

Dramas à parte, a história se passa nos anos 1200 e o pano de fundo são os primórdios do sistema financeiro. Shylock acomodava-se em um banco atrás de uma mesa para oferecer dinheiro aos clientes baseado na crença de que receberia a quantia de volta acrescida de juro. Em apenas uma cena Shakespeare registra a origem de duas palavras do nosso cotidiano: “banco”, como instituição, e “crédito”, derivado de credo.

Em termos de perspectiva histórica, das vielas e dos guetos de Veneza à Casa dos Medici, em Florença, foi um pulo – não mais que uns 200 anos. É ali, em pleno início da renascença italiana, que o sistema de crédito e os bancos foram legitimados – e, entre altos e baixos, se consolidaram e não demoraram a se espalhar pelo mundo –, desta vez com garantias bem mais civilizadas do que a carnificina do mercador de Veneza.

ceira das empresas em que trabalhamos, bem como o rendimento dos nossos investimentos pessoais. “E vice-versa. Se há uma quebradeira em uma empresa, isso também impacta o setor financeiro. Veja o que aconteceu com a Enron, a WorldCom, por exemplo”, afirma a coordenadora do programa de Finanças Sustentáveis do FGVces, Annelise Vendramini. “Economia financeira e economia real estão interligadas.”

Com enorme influência também no progresso e no desenvolvimento dos países, no decorrer do século passado começou a ficar evidente a responsabilidade, ou a corresponsabilidade, do sistema financeiro em questões ambientais decorrentes da industrialização.

Por isso, nas últimas décadas, diversas medidas foram tomadas em todo o mundo na tentativa de fazer do sistema financeiro um aliado da sustentabilidade. E, nesse aspecto, o Brasil sobressai em relação a outros países. (Acompanhe essa trajetória assistindo à [video-aula](#) do coordenador do FGVces, Mario Monzoní, sobre a evolução das Finanças Sustentáveis no Brasil.)

Até os anos 1980, a proteção ambiental ainda era tratada de maneira diluída, pontual e casual, conforme explica o estudo *O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde – Alinhamento ao desenvolvimento sustentável* (leia [aqui](#)), desenvolvido em 2014 pelo FGVces-Eaespp para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban). “A partir daí, e em consonância com o movimento internacional pela proteção ambiental, houve avanços significativos na legislação brasileira nesse sentido”, escrevem os pesquisadores.

Depois de 2008, ou da crise financeira global – em cuja origem está embutida uma quebra da confiança que desde os primórdios vem sendo a base do sistema monetário –, a regulação do sistema financeiro em relação a temas socioambientais começou a avançar mais significativamente.

No Brasil, a Constituição Federal – ao estabelecer que o sistema financeiro tem um fim público, uma vez que contribui para a estabilidade monetária – trouxe um respaldo importante para que o Banco Central (Bacen) assegurasse solidez e eficiência ao sistema financeiro nacional.

O Bacen definiu então três objetivos para a incorporação de aspectos socioambientais na regulação do setor financeiro:

Mitigação de riscos – aspectos socioambientais podem ser fontes de risco em operações de empréstimos, financiamentos, investimentos e seguros. Portanto, a regulação do Bacen contribui para a redução de riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez e outros.

Maior integração do sistema financeiro com demais políticas públicas – políticas de responsabilidades socioambientais ajudam a integrar de forma transversal planejamentos de negócios e governança, propiciando maior alinhamento com ordenamento regulatório.

Maior eficiência do setor – Em função de decisões judiciais, no sentido de imputar responsabilidade objetiva e solidária ao financiador de empreendimentos que causem dano ambiental, a disciplina do tema contribui para que os bancos tenham maior clareza no entendimento de suas responsabilidades e dever de diligência em temas socioambientais.

A mais recente delas foi a Resolução nº 4.327/2014, que não requereu pouco: todas as instituições financeiras devem possuir uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), além de uma estrutura de governança para essas questões, um sistema de gerenciamento de riscos socioambientais e um plano de ação para o adequado monitoramento e mitigação de riscos.

Vale ressaltar que poucos países têm legislação ambiental que aborda a responsabilidade civil objetiva e solidária. Mas para os bancos ainda persiste uma insegurança jurídica. Segundo a desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Consuelo Yoshida, diante de um dano já ocorrido, escolhe-se aquele que tem maior capacidade econômica para ser responsabilizado sozinho. “E quem tem maior capacidade econômica? Os bancos!”, afirmou durante o evento Café com Sustentabilidade promovido pela Febraban, cujo resumo pode ser visto [aqui](#).

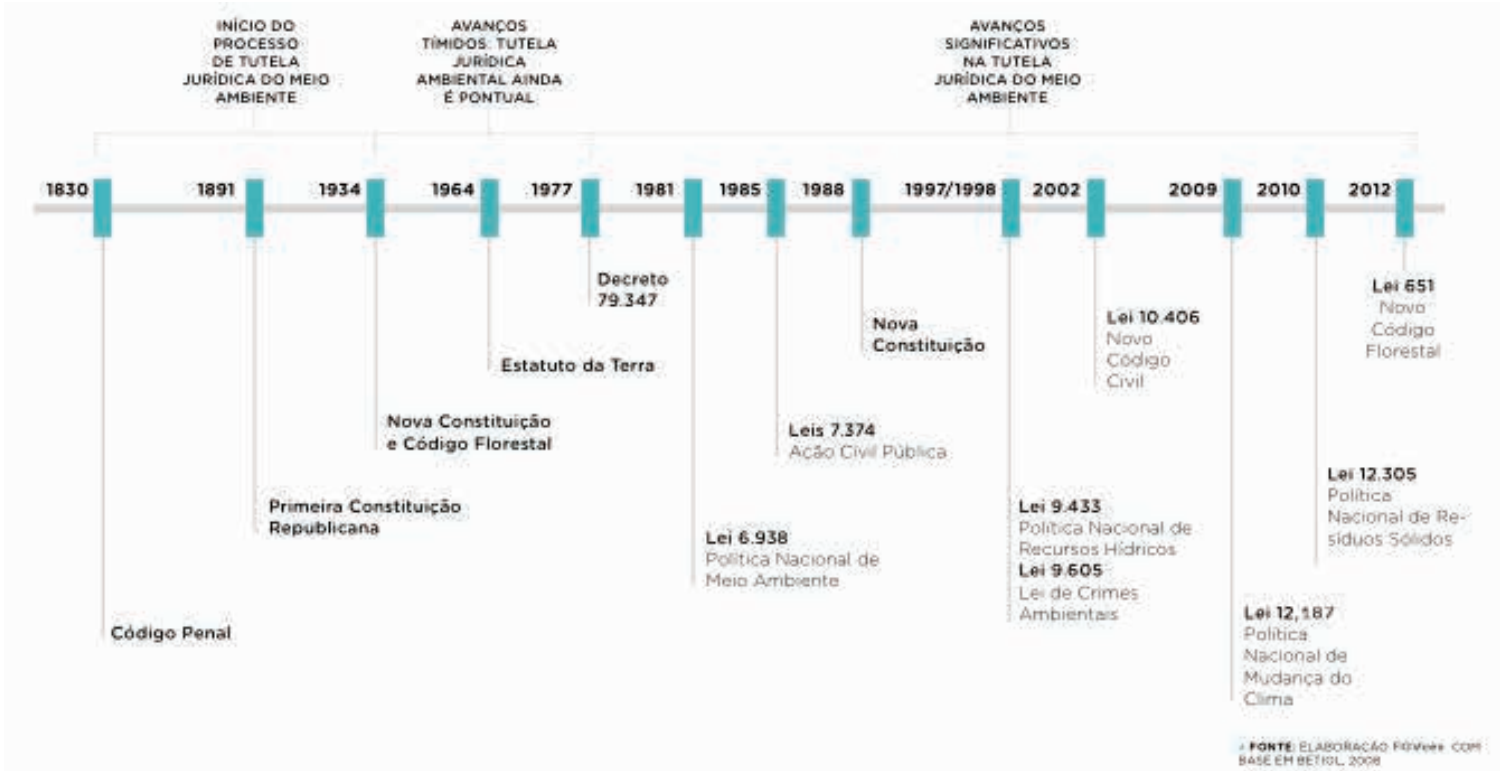


ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA

Dentro desse universo ocorreram ao longo dos anos diversas inovações financeiras e o mercado de títulos foi uma das mais importantes. Por meio da venda de papéis que prometiam retornar o investimento com juros em um futuro determinado, governos encontraram um meio de adquirir dinheiro para financiar guerras e para construir as nações que se projetavam no Novo Mundo.

Corresponsabilidade

Queira-se ou não, a nossa vida financeira está baseada no comportamento dos títulos públicos no mercado. Eles podem determinar, por exemplo, o grau de saúde finan-



No entanto, regulações como a 4.327, somadas aos acordos internacionais como os **Princípios do Equador**, **Princípios para o Investimento Responsável** (PRI na sigla em inglês), **Princípios para Sustentabilidade em Seguros** (PSI na sigla em inglês) e outros mecanismos, aumentam a credibilidade do sistema financeiro, sem cuja participação não há sustentabilidade possível. Quando a gestão do sistema financeiro é falha, a história mostra que crises sistêmicas se estabelecem, a exemplo das crises de 1929 (a Grande Depressão dos Estados Unidos atingiu severamente o Brasil no ano seguinte) e de 2008, com altos custos sociais.

Mas, no aspecto de legislações que favorecem o direcionamento de capitais para a Economia Verde, o Brasil aparece bem na fita. Tem feito as lições de casa e, segundo Annelise Vendramini, possui um arcabouço regulatório dos mais completos do mundo.

Quanto dinheiro existe hoje para viabilizar a Economia Verde?

POR FERNANDA MACEDO

Sem mobilizar o capital financeiro, dificilmente haverá impulso suficiente no movimento de transição para uma economia de baixo carbono.

O campo das Finanças Sustentáveis coloca-se, portanto, como uma alavanca de transformação. Tem como objeto entender os sistemas financeiros e como estes são capazes de contribuir para um novo tipo de desenvolvimento. Além disso, o setor de finanças funciona como uma peça-chave para a estabilidade monetária, pois carrega tanto o potencial de gerar como o de evitar **crises sistêmicas**.

No entanto, ainda é pouco o recurso que tem sido destinado a apoiar mudanças mais alinhadas à ideia de sustentabilidade – seja ela social, ambiental, seja econômica, financeira –, pois a maior parte do dinheiro circulante em forma de investimento e financiamento continua a irrigar uma economia poluente e com uso intensivo de recursos naturais não renováveis.

As regras e incentivos vigentes que regem mercados financeiros geralmente não consideram os riscos ambientais a longo prazo e as oportunidades de novos negócios e de setores verdes não têm sido suficientemente valorizadas.

Essas distorções podem levar a uma má alocação de capital, criando obstáculos para a mudança rumo à Economia Verde (EV) – definida pelo Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep, em inglês), como uma economia com melhora do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. A EV representa também uma economia de baixa emissão de carbono, com o uso eficiente dos recursos e inclusão social.

Apesar de o sistema financeiro ainda não estar preparado para tornar essa transição viável, algumas ações nacionais e internacionais têm se dedicado a encontrar

formas de viabilizar mercados mais alinhados à ideia da sustentabilidade.

Desenhando um sistema financeiro verde

O Unep, por meio da iniciativa “Inquiry: Design of a Sustainable Financial System”, lançada em janeiro de 2014, tem explorado maneiras mais eficazes de imprimir mudanças nos processos de tomada de decisão do sistema financeiro, com o objetivo de estimular a EV.

Por meio de um Conselho Consultivo internacional – composto, entre outras instituições, pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), representando o Brasil –, a iniciativa tem realizado debates em torno de experiências em diversos países e a produção de mais de 50 artigos sobre o tema.

O projeto busca promover a ideia de que o financiamento para o desenvolvimento sustentável pode ser feito por meio do sistema financeiro e da economia real. Para isso, são necessárias inovações políticas, vivenciadas em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que demonstrem como o sistema financeiro pode estar mais bem alinhado com o desenvolvimento sustentável (ver a seguir em “Avanços Regulatórios”).

Além disso, ações nacionais complementadas por cooperação internacional podem dar formato a um sistema financeiro verde. Por meio das melhores práticas atuais de gestão, a Inquiry tem reunido princípios e sugestões para avançar rumo a um sistema financeiro verde.

Em 2014, como parte da iniciativa, a Febraban estabeleceu uma agenda para analisar os possíveis caminhos para

fomentar a transição para a Economia Verde no Brasil, por meio do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição tem participado de discussões internacionais sobre a alocação de capital para riscos socioambientais, no âmbito do conselho consultivo, e criou nacionalmente uma comissão intrasetorial para promover o diálogo entre associações de classe sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, com representação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), BM&FBOvespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Mas quais seriam os resultados já alcançados até o momento pelas iniciativas de valorização da EV no País? Como parte de um processo para padronização e monitoramento dos recursos alocados para a economia verde no Brasil, a Febraban e o FGVces apresentaram o estudo O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde: Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde, em outubro de 2015. Este estudo busca mapear os recursos do SFN mobilizados para a EV, apresentando o volume alocado em empréstimos e financiamentos, investimentos e seguros desembolsados para este fim nos anos de 2013 e 2014.

Resultados já alcançados no Brasil

A quantificação dos recursos destinados foi apresentada em dois níveis. O primeiro (nível A) engloba financiamentos para atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, por exemplo para as indústrias metalúrgica,

mecânica, de madeira, de papel e celulose, química, têxtil, de produtos alimentares e bebidas, de fumo, de serviços de utilidade, de transporte, de turismo, de atividades agropecuárias, uso de recursos naturais, entre outras.

Os montantes de recursos financeiros desembolsados para esses setores foram de R\$ 408 bilhões em 2013 e R\$ 365 bilhões em 2014. Tais valores representam 33,5% e 33,2% do total dos financiamentos a pessoas jurídicas e empresas naqueles anos, indicando uma diminuição de cerca de 10,5% em montantes desembolsados para os setores no período.

O segundo nível mapeado no estudo (nível B) abarca os recursos destinados à EV. Esse conceito compreende setores como energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, resíduos, educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento local e regional.

Também são incluídos no nível B os volumes referentes a produtos financeiros temáticos, desenvolvidos para auxiliar a transição para a EV, e que possuem seus recursos devidamente monitorados, como o Fundo Amazônia, Fundo Clima, PSI – Inovação, entre outros.

Os resultados do estudo para o nível B indicam que os valores em recursos financeiros desembolsados em setores da EV chegaram a R\$ 110 bilhões em 2013 e a R\$ 107 bilhões em 2014, representando 8,8% e 9,6% do total dos financiamentos a pessoas jurídicas e empresas nesses anos. Não foram apontadas variações relevantes, apesar da pequena queda de em relação a 2013 de cerca de 3%. O mapeamento desses recursos pode ajudar no desen-

volvimento de estratégias de risco de investimento e na identificação de novas oportunidades de negócios para as instituições financeiras. Mas, mesmo assim, a alocação de financiamentos alinhada aos princípios da EV precisará conviver com os conceitos da prudência e resiliência que orientam as tomadas de decisão pelos agentes financeiros e reguladores.

Avanços regulatórios

Os recursos financeiros identificados no estudo O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde: Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde são influenciados por diversos contextos, como foi o caso do lançamento da [Resolução nº 4.327](#), de abril de 2014, pelo Banco Central do Brasil (Bacen).



FOTO STEFAN W

Essa resolução exige a implantação de uma política de responsabilidade socioambiental pelas instituições para dar transparência à governança de temas sociais e ambientais, fortalecer a gestão de riscos e um plano de ação para implementação. Ela representou um importante passo à frente pela regulação do setor financeiro no País, ao sinalizar que questões de riscos socioambientais estarão cada vez mais presentes no dia a dia de bancos e outras instituições financeiras reguladas pelo Bacen.

Apesar de os bancos brasileiros, em sua maioria, já possuírem políticas transversais de sustentabilidade à época do lançamento da Resolução, o regulamento representa um marco do qual não será mais possível retroceder e que estará no futuro de todas as instituições financeiras brasileiras daqui para a frente.

Bancos centrais em vários países estão assumindo um papel mais ativo ao reger ou incentivar a incorporação da sustentabilidade em seus sistemas financeiros. Na China, a Política do Crédito Verde restringe a concessão de crédito para empresas indicadas pelo Ministério de Proteção Ambiental. Em Bangladesh, o Banco Central apresenta um guia de risco de crédito que aborda questões socioambientais. São evidências de que tem havido cada vez mais uma convergência entre a alocação de recursos da economia e os princípios da sustentabilidade.

Outros atores

As pressões por um sistema financeiro verde não vêm apenas de mudanças regulatórias, mas de iniciativas independentes, como a da indústria de seguros, que têm desempenhado um papel importante no contexto da Economia Verde. Com o lançamento dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), em 2012, pela Iniciativa Financeira do Pnuma (Unep-FI, na sigla em inglês), o tema dos riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança nesse setor tem se tornado cada vez mais critério para a tomada de decisão de seguradoras.

Antes da criação do PSI, os debates do ponto de vista dos investidores já vinham se aquecendo, com a liderança dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), desde 2006, uma rede internacional de investidores que busca entender as implicações de sustentabilidade nas práticas de decisão de investimento (veja mais no texto sobre [Seguros](#)).

Financiamento disponível, mas pouco acesso

Muitos atores têm articulado esforços para o avanço de um sistema financeiro verde. Mesmo assim alguns obstáculos a fluxos financeiros precisam ser identificados para evitar tropeços e atrasos nesse processo. Os setores de agropecuária e energia representam juntos um terço das emissões líquidas de CO₂, de acordo com o [Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa](#). O estudo do FGVces Como avançar no financiamento da Economia de Baixo Carbono no Brasil identificou os produtos e serviços oferecidos pelo sistema financeiro a esses setores para projetos que permitam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, além disso, as regulamentações e incentivos relacionados a essas demandas disponibilizados pelos agentes governamentais.

Apesar da oferta de linhas especificamente para financiar projetos enquadrados na economia de baixo carbono, o volume de recursos captado por empresas e produtores ainda é baixo. Uma série de obstáculos dificulta o uso dessa verba.

Dentro das Instituições Financeiras, é preciso rever processos internos e capacitar os envolvidos em análise de projetos, análise de crédito e avaliação de risco para lidar com o tema da economia de baixo carbono. Políticas públicas, subsídios diretos e incentivos fiscais e financeiros podem também fomentar essa economia, além da articulação entre as diferentes instâncias governamentais. A pesquisa e desenvolvimento e apoios à comunicação, divulgação e capacitação de pequenos produtores e empreendedores também são elementos com potencial de destravar esses fluxos financeiros.

A mobilização de recursos financeiros para a Economia Verde implica uma série de recomendações, mas um elemento é central nessa estratégia: o trabalho conjunto e alinhado entre governo – responsável pelo arcabouço regulatório –, setor financeiro – que oferece produtos e serviços específicos – e setor produtivo – por meio do uso dos recursos disponíveis para implementar práticas no contexto da nova economia.



Agropecuária e energia: elementos-chave nesta equação

POR FERNANDA MACEDO

Uma vez [mapeados](#) os recursos da Economia Verde e identificados os produtos e serviços para seu financiamento, é hora de investigar mais a fundo casos setoriais para ver de perto possíveis entraves financeiros e como removê-los.

O caso da agropecuária

No Brasil, a atividade econômica do setor agropecuário é a principal fonte emissões de gases de efeito estufa (GEE), respondendo por 62% do inventário nacional, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (Seeg) no [relatório](#) Análise das Emissões de GEE no Brasil (1970-2013) e suas Implicações para Políticas Públicas. Um pouco mais da metade dessas emissões é oriunda da conversão de floresta em pastos e agricultura. A outra parcela provém das emissões diretas da agropecuária, como a fermentação entérica e o manejo dos solos.

O Observatório ABC, lançado em 2013, é uma iniciativa coordenada pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro) e desenvolvida em parceria com o FGVces, voltada para a implementação do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Composto por um conjunto de ações, o Plano ABC busca reduzir as emissões de GEE na produção agropecuária, com metas estabelecidas até 2020 e em alinhamento com a Política Nacional sobre Mudança Climática e os compromissos assumidos pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção-Quadro do Clima, em 2009.

Esses compromissos incluem uma redução das emissões de GEE do setor agropecuário entre 133 milhões e 166 milhões de toneladas de 2010 a 2020, por meio de programas específicos para a recuperação de pastagens degradadas, a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais (SAFs), o Sistema Plantio Direto (SPD), a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), as Florestas Plantadas, o Tratamento de Dejetos Animais, e a Adaptação à Mudança Climática.

No estudo Invertendo o Sinal de Carbono da Agropecuária Brasileira – Uma estimativa do potencial de mitigação de tecnologias do Plano ABC de 2012 a 2023, o FGVces identificou que o potencial de mitigação das emissões de GEE da agropecuária brasileira é mais de dez vezes maior do que a meta estipulada pelo Plano ABC.

Entre 2012 e 2023, é possível chegar a 1,8 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e), somando-se as emissões evitadas e o carbono armazenado no solo, apenas pela adoção de três das tecnologias preconizadas pelo ABC (recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta) em 52 milhões de hectares de pastos degradados.

No entanto, o trabalho também identificou que o programa ABC tem como uma de suas principais dificuldades a questão da regularização fundiária, um desafio estrutural no acesso ao crédito pelos produtores rurais, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil. Uma vez que não há o título da propriedade, não há como comprovar garantias para obter crédito.



FOTO BRAD SMITH

A má distribuição espacial do recurso também é um obstáculo, pois os desembolsos estão concentrados no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, apesar de as demais regiões apresentarem grande potencial de mitigação.

Além disso, há algumas dificuldades de enquadramento e elaboração de projetos de agricultura de baixo carbono, pois, por um lado, os produtores carecem de assistência técnica qualificada que os auxiliem na elaboração dos projetos e, por outro, e o setor financeiro precisa ava-

liar tais projetos tecnicamente e não apenas seus itens financiáveis.

O monitoramento dos resultados também está comprometido, já que ainda não é possível avaliar a efetividade do Plano ABC sem a informação da quantidade de carbono equivalente mitigado com o desembolso do recurso, além do alto custo de observância das regras do programa e da taxa de juro estabelecida.

Portanto, há um longo caminho a ser percorrido rumo à transição para a EV, mas estudos e avaliações são fundamentais para garantir que a mudança se dê na direção correta.

O caso da energia

A indústria brasileira é responsável por 32,9% de toda a energia consumida no país. Um sistema financeiro que tenha como objetivo facilitar a transição para uma Economia Verde precisa ter em mente o peso deste setor e a importância de projetos de eficiência energética como uma maneira mais **custo-efetiva** de evitar emissões de GEE e incentivar ganhos de produtividade.

A União Europeia considera investimentos em projetos em eficiência energética como fundamentais e estratégicos. Nos Estados Unidos, o estado da Califórnia tem a eficiência energética como prioridade para novos investimentos em energia. O estudo **Propostas para Implementação do Plano Indústria de Baixo Carbono**, do FGVces, traz um panorama internacional das principais medidas de fomento à eficiência energética por meio dos investimentos.

No Brasil, há algumas barreiras que dificultam o financiamento deste tema no setor industrial. Por exemplo os altos custos desses investimentos e sua aprovação em diversas instâncias da hierarquia corporativa. Além disso, o alto nível de endividamento das empresas brasileiras também desestimula o investimento em novos projetos. A falta de conhecimento dos gestores sobre instrumentos financeiros para fomentar a eficiência energética na indústria também atrapalha o avanço do tema.

Do ponto de vista das instituições financeiras, a ausência de entendimento sobre alguns projetos e tecnologias de eficiência energética pode complicar o enquadramento de tais projetos nas linhas do banco e aumentar o chamado “custo de observância” por parte das instituições financeiras. Com isso, projetos de eficiência energética acabam por perder prioridade em relação a outros, como gestão em resíduos, recursos hídricos, energias renováveis etc.

É claro que as soluções a tais entraves não funcionam de forma isolada, e sim de forma integrada. Mas, para isso, é preciso que o governo veja o investimento em eficiência energética não como um custo a ser pago, mas sim como uma alocação estratégica para a segurança energética e de desenvolvimento da atividade econômica do País.

NAVEGUE PELAS FINANÇAS DO FUTURO

FOTO JOHN BRITT

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL

Mapeamos algumas das fronteiras no que se refere a finanças sustentáveis. São campos que geralmente se encontram em estágio inicial de desenvolvimento, mas se mostram promissores e apontam tendências, como o mercado de Cota de Reserva Ambiental, os green bonds, a incorporação do capital natural nas contas nacionais e o ROI sociomambiental, entre outros. Navegue aqui pelas finanças do futuro.



Mercado de Cota de Reserva Ambiental (CRA)

O dono da maior floresta tropical do mundo e da segunda maior área florestal do planeta certamente deve prestar atenção a este nascente e promissor mercado: o de **Cota de Reserva Ambiental** (CRA). Como o nome sugere, trata-se de um mecanismo pelo qual é possível negociar excedentes de **Reserva Legal**: proprietários de terra que conservam mais do que a lei obriga podem, respeitando determinados critérios, vender o excedente a quem não cumpriu a área mínima exigida.

A lógica é similar à de negociações de crédito de carbono no mercado europeu (leia mais [aqui](#)): definido um limite (um cap), negociam-se os excedentes (trade) entre as partes.

Só que o Brasil das vastas florestas também é o Brasil do agronegócio, que responde por quase um quarto do PIB nacional. Historicamente, conciliar a atividade agropecuária com o aumento da cobertura vegetal tem sido um desafio e tanto.

O desenvolvimento de mecanismos financeiros que viabilizem a atividade produtiva em meio à conservação ambiental é uma das saídas. O mercado de CRA representa uma oportunidade única de atrair, em larga escala, o capital privado para o agronegócio ao mesmo tempo que endereça agenda de conservação florestal e de fortalecimento dos serviços ecossistêmicos.

Como a CRA surgiu?

O Novo Código Florestal, que revisou o anterior mediante a Lei nº 12.651 (25 de maio de 2012), trouxe, entre outras inovações, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – programa para dar suporte e encorajar a recuperação e a conservação ambiental – e a Cota de Reserva Ambiental (CRA).

A nova legislação prevê não só a negociação das cotas entre os proprietários de terra que precisam se regularizar perante a lei e os que têm excedentes de Reserva Legal, mas também permite que essas cotas se transformem em valores mobiliários negociados por investidores no mercado de capitais.

Para que as CRA seja mais que um instrumento de regularização ambiental e atraia o interesse de investidores como valor mobiliário, o primeiro passo é que o CAR seja implementado no território nacional (hoje atinge 60% da área cadastrável no País; a estimativa é chegar a 100% em maio de 2016). Somente assim será possível dimensionar a demanda e a oferta desses títulos e saber se essa relação está em equilíbrio.

Nesse contexto, será fundamental que a sociedade abrace o Novo Código Florestal, exigindo que seja efetivamente cumprido, sob pena da lei. O cumprimento do Código é até mesmo chave para que o Brasil consiga atender suas metas de redução de emissões de carbono anunciadas na COP 21, a Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, realizada em Paris neste início de dezembro de 2015.

O que isso traz de bom?

Os benefícios de incorporar a CRA ao mercado de capitais estão em usar os instrumentos econômicos a serviço da conservação. A exemplo de outros mercados criados para fins ambientais, sua liquidez aumenta quando se possibilita a entrada de investidores, direcionando recursos financeiros para promover bons resultados ambientais.

No caso da incorporação da CRA ao mercado de capitais, os potenciais ganhos para a sociedade são expandir a base de interessados na manutenção, recuperação e crescimento das áreas de Reserva Legal; atrair investidores para um nascente mercado de ativos florestais; e

fazer com que o proprietário dilua no mercado os riscos causados por eventuais variações bruscas no valor de suas terras.

Mas, para chegar ao ponto de a CRA ser atraentes aos olhos do investidor, há algumas etapas a cumprir. Serão necessárias informações claras que baseiem o cálculo das expectativas de risco e retorno; o retorno deverá ser compatível com outros investimentos de risco similar; será preciso haver liquidez e um mercado secundário no qual os investidores possam vender os títulos; os custos de transação não poderão prejudicar o desenvolvimento do mercado; e será preciso contar com segurança jurídica e um ambiente regulatório confiável.

De modo a assegurar que os objetivos ambientais (redução de poluição, redução de gases de efeito estufa, aumento de estoques pesqueiros, entre outros exemplos) sejam alcançados, esses mercados são fortemente regulados ao mesmo tempo que oferecem oportunidade de rentabilidade para o investidor.

Para fortalecer este promissor mercado, o FGVces sugere alguns estudos em profundidade. Um deles é mapear o potencial de mercado de CRA assim que o CAR for integralmente implantado no País. Outro é mapear os fundamentos econômicos e legais de um mercado de ativos florestais associados à CRA, incluindo elementos-chave que encorajem a formação de oferta e demanda por parte dos investidores.



Green bonds

Uma das formas tradicionais de uma empresa captar recursos é emitir títulos de dívida, como as debêntures. No vencimento do título,

a empresa restitui o capital investido e, ao longo desse período, remunera o investidor mediante o pagamento de juros. Mas uma novidade vem trazer cores “verdes” a essa modalidade de captação: são os green bonds.

É como se fosse um título “carimbado” para a Economia Verde: por meio desses títulos, organizações, bancos ou governos conseguem captar recursos para projetos necessariamente voltados para a sustentabilidade, tais como energia renovável, eficiência energética, gestão de resíduos, transporte de baixo carbono, projetos florestais.

Os títulos também podem ser usados para financiar projetos com benefício social, como a melhora da saúde e dos serviços sociais. E, quando visam mitigar especificamente as emissões de gases de efeito estufa, são chamados de climate bonds.

Mas, para garantir que os recursos sejam efetivamente investidos dentro desse perfil, os green bonds pedem a participação de um verificador antes da emissão e de um auditor, que acompanhará a aplicação do recurso. São os chamados agentes second opinion. Embora a presença não seja obrigatória, confere maior credibilidade à operação.

Mercado em expansão

Os green bonds crescem rapidamente no mundo: seu potencial já é estimado em US\$ 100 trilhões. De 2007 a 2014, as emissões somaram US\$ 57,9 bilhões, com um ápice no ano de 2014 de US\$ 36,5 bilhões, devido principalmente a uma crescente participação de corporações e de bancos, que se somaram aos governos e instituições supranacionais.

As primeiras emissões estruturadas de green bonds ocorreram em 2007, por iniciativa do European Investment Bank (EIB) e do World Bank. Foram emitidos 600 milhões de euros em resposta à demanda de fundos de pensão por projetos com adicionalidades socioambientais, que geram benefícios compartilhados com a sociedade.

Para o emissor, os maiores ganhos são reputacionais, uma vez que não se trata de uma emissão com taxas mais baixas. Lançar títulos verdes indica o comprometimento da organização com aspectos socioambientais e ajuda a construir uma boa imagem, ampliando o acesso a uma gama maior de investidores que inclui os engajados em questões socioambientais.

Do lado do investidor, as vantagens estão em diversificar a carteira de investimentos e em acessar projetos rentáveis com adicionalidades socioambientais e maior trans-

parência na aplicação dos recursos financeiros. Por meio dos green bonds, os investidores também conseguem cumprir diretrizes do Socially Responsible Investment (SRI) e dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI).

Trata-se, enfim, de uma modalidade de investimentos que gera ganhos para todos os lados – emissores, investidores, sociedade e meio ambiente.

Brasil: obstáculos e propostas

No Brasil, entretanto, o mercado de títulos verdes enfrenta muitas limitações. As razões são basicamente estruturais, como a maior atratividade dos títulos públicos em relação aos privados, baixa liquidez do mercado secundário, mercado de investidores concentrado e baixa participação de investidores pessoas físicas e de estrangeiros. Isso é agravado por uma conjuntura atual desfavorável de recessão econômica, juros altos e inflação persistente.

Acrescentem-se os fatos de que lançar green bonds no mercado requer um processo extenso e com custos adicionais referentes aos agentes second opinion; faltam incentivos para o underwriter (responsável pelo desenvolvimento da estrutura, preço e emissão do título no mercado) estruturar uma operação de títulos verdes na comparação com a de um título de dívida tradicional; e projetos alinhados com a sustentabilidade muitas vezes trazem tecnologias novas que são encaradas pelo investidor como um risco adicional.

Diante disso, Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o FGVces listaram propostas para viabilizar o desenvolvimento do mercado de títulos verdes no Brasil. Confira no quadro abaixo:

PROPOSTAS ESTRUTURAIS
1. Diminuição da assimetria de incentivos tributários para diferentes classes de investimento
2. Redução de entraves para colocação de títulos de dívida no mercado
3. Melhora de liquidez no mercado secundário
PROPOSTAS ESPECÍFICAS
1. Criação de diretrizes uniformes de enquadramento de <i>green bonds</i>
2. Desenvolvimento de agentes <i>second opinion</i> locais:
3. Melhora na percepção de risco por parte dos investidores relacionados a projetos socioambientais, por meio de garantias proporcionadas por instituições multilaterais
4. Fomento de investidores-âncoras para emissões de <i>green bonds</i>
5. Avanço na disseminação da informação para os agentes envolvidos no mercado de <i>green bonds</i>

Acesse essas propostas na íntegra nas páginas 7 e 8 deste estudo.



Incorporação do capital natural nas contas nacionais

Para facilitar a compreensão do mecanismo de incorporação do capital natural nas contas nacionais, o ideal é dar dois passos atrás e resgatar o significado de capital natural e a sua relação com o setor financeiro.

“Capital natural é o estoque de ecossistemas [solo, ar, água, flora e fauna] que produz um fluxo renovável de bens e serviços absorvidos na economia para fornecer insumos e benefícios diretos e indiretos para empresas e sociedade.”

A definição é da Declaração do Capital Natural (NCD, na sigla em inglês), uma iniciativa do setor financeiro apresentada durante a Conferência Rio+20, cujo objetivo é dar materialidade ao capital natural a fim de conservar não apenas os ativos naturais da Terra, mas a saúde das instituições financeiras.

“Não se trata de estabelecer um valor monetário para o hectare de floresta tropical ou para um recife de coral”, esclarece a NCD. “Mas de demonstrar compromisso para integrar considerações sobre o capital natural aos produtos e serviços financeiros para o século XXI.”

Em outras palavras, se os produtos e serviços ecossistêmicos provenientes do capital natural são essenciais à vida, não parece justo que o seu uso diário passe despercebido pelo sistema econômico. A incorporação do capital natural nas contas nacionais públicas e privadas é, grosso modo, uma prestação de contas desse uso. Ou, ainda, o reconhecimento de um custo real na base do crescimento econômico (Produto Interno Bruto), até aqui não valorado – portanto, não incorporado às contas nacionais.

Tal quadro começa a mudar lentamente e a escassez de água tem muito a ver com isso. O risco desse ativo natural já é reconhecido por governos e empresas em todo o mundo. O aumento populacional e a mudança climática seguramente contribuirão para o agravamento da competição por água, impactando o desempenho de muitas empresas.

Os custos das empresas muito dependentes de água e que mantêm operações em regiões de estresse hídrico podem subir e afetar a sua rentabilidade, competitividade e capacidade de arcar com compromissos.

Na busca de um entendimento mais profundo sobre as implicações financeiras desses riscos, a NCD, em parceria com a Associação para a Gestão Ambiental e Sustenta-

bilidade em Instituições Financeiras (VFU) e outras sete instituições financeiras da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, desenvolveu um novo modelo financeiro que integra estresse hídrico nas análises de crédito das obrigações das empresas.

Ao combinar dados sobre a quantidade de uso de água de uma unidade de produção com custo do abastecimento e o grau de demanda e oferta, a ferramenta Corporate Bonds Water Credit Risk quantifica o risco hídrico e avalia o potencial impacto financeiro na empresa.

À primeira vista, iniciativas como estas atendem exclusivamente a interesses privados, mas os indicadores que esse tipo de ferramenta produz são essenciais à transição para a economia verde, pois refletem o grau de sustentabilidade dos respectivos setores produtivos avaliados.

Assim como essa, outras metodologias estão sendo construídas e testadas. “Por ser muito intensivo em capital natural, o Brasil pode despontar como um país com grande vantagem competitiva no que diz respeito a minimizar riscos que podem impactar as instituições financeiras”, afirma a pesquisadora em finanças sustentáveis do FGVces, Paula Peirão de Oliveira. “Há pela frente um longo caminho a ser construído na relação entre instituição financeira e capital natural.”

Acesse [aqui](#) mais informações sobre a Corporate Bonds Water Credit Risk Tool.



Climate finance

Existem duas linhas para se enfrentar o aquecimento global: fazendo o controle das emissões de gases e efeito estufa para tentar minimizar seus efeitos e criando resiliência contra os impactos atuais e futuros da mudança climática.

Tudo isso custa dinheiro e o climate finance (financiamento climático) refere-se justamente a todos os recursos financeiros, públicos e privados, em circulação destinados a cobrir os custos da transição para uma economia global de baixo carbono e de adaptação à mudança do clima. Esses financiamentos são essenciais, sobretudo para os países em desenvolvimento, em geral grandes emissores com limitação de recursos para investimentos de longo prazo.

Todos os anos, a [Climate Policy Initiative](#) (CPI) – organização sem fins lucrativos apoiada por parceiros globais públicos e privados – realiza um [inventário](#) em climate finance que mostra o comportamento dos investimentos em economia verde. E, apesar de um aumento registrado

em 2014 depois de quedas sucessivas desde 2012, ainda são pouco animadores.

Em 2011 somaram US\$ 364 bilhões, no ano seguinte caíram para US\$ 359 e, em 2013, para US\$ 331. Em 2014 subiu para US\$ 391. Embora pareça ser bastante dinheiro, a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) – um programa internacional de cooperação energética entre os 29 países-membros (todos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE) – calcula que, para frear o aquecimento global até 2020, sejam necessários investimentos superiores a US\$ 5 trilhões apenas no setor de energia limpa.

Para tirar o planeta dessa enrascada, os especialistas em clima creem que a precificação do carbono é uma das formas mais rápidas e eficientes de abastecer o caixa do climate finance (sobre precificação de carbono saiba mais [aqui](#)).

Outro contraponto importante para se ter uma ideia da dimensão desses valores está no [business as usual](#). Do total de investimentos em climate finance em 2013, cerca de 40%, ou US\$ 137 bilhões, foram investimentos públicos. E, segundo dados da IEA, nesse mesmo período os governos apenas de países emergentes e em desenvolvimento investiram US\$ 544 bilhões de recursos públicos em fontes de energia fóssil.

Outra dificuldade é que as maiores fatias de investimento ficam nos próprios países onde se originam. Menos de 30% do climate finance estão circulando globalmente. Como as emissões de gases-estufa ignoram fronteiras políticas, não basta aos países desenvolvidos fazerem a lição de casa. É preciso também que contribuam com os “vizinhos” mais pobres que, em tese, são menos responsáveis pela gravidade atual da situação climática. Dos recursos circulantes entre países, cerca da metade sai de países-membros da OCDE e segue para países não membros.

No caso específico do Brasil, o estudo do FGVces e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma, ou Unep, na sigla em inglês) – [Financiamentos Públicos e Mudança do Clima](#) – destaca que as soluções para adaptação e vulnerabilidade à mudança do clima são oportunidades pouco exploradas pelas instituições até o momento: “As iniciativas promovidas pelas instituições financeiras públicas mapeadas neste estudo estão, em sua maioria, associadas à mitigação dos desafios climáticos. Foram identificadas poucas experiências de apoio à adaptação e às vulnerabilidades que o Brasil apresenta para fazer frente em face dos impactos da mudança do clima”.

Em todo esse cenário, salvam-se pelo menos duas boas notícias: a de que praticamente todos os países têm alguma ação em redução de emissões e adaptação e a de que existe um fluxo de dinheiro, mesmo que insuficiente,

saindo dos países desenvolvidos em direção a outros. No mais, os investimentos estão aquém do necessário, o que significa que estamos nos distanciando da meta de limitar em 2 graus o aumento da temperatura média global até o fim deste século.



ROI (return on investment) socioambiental

A taxa de retorno é um cálculo básico no mundo financeiro. Mostra a relação entre o montante que foi investido e o quanto esse investimento rendeu. Também conhecida como return on investment (ROI), essa taxa pode ganhar contornos socioambientais ao analisar a relação custo-benefício de se investir em temas e projetos ligados à sustentabilidade.

O “ROI socioambiental” é hoje objeto de estudos de casos do FGVces, partindo-se da premissa de que a inclusão de práticas de sustentabilidade nas operações das empresas pode gerar vantagens competitivas. Um relatório que analisa casos de 12 organizações deverá vir a público em fevereiro de 2016.

Práticas de sustentabilidade podem proporcionar as seguintes vantagens: facilidade de contratar melhores talentos e de retê-los, aumento da produtividade dos funcionários, redução de custos de produção, redução de custos em pontos comerciais, aumento de receita, redução de risco e maior facilidade de financiamento.



Finanças alternativas

A revolução digital trouxe em seu conjunto de mudanças a possibilidade de abolir o intermediário: nas relações peer-to-peer (P2P), membros de uma rede podem fazer

negócios diretamente entre si, sem passar por uma instância central. É um fenômeno capaz de afetar a economia, o mundo empresarial e, claro, o mundo financeiro.

[Estudos](#) realizados pela Nesta, uma organização britânica de apoio à inovação, mapearam as tendências em “finanças alternativas”. São finanças que englobam uma variedade de modelos fora do sistema financeiro tradicional, capazes de conectar quem empresta e quem toma dinheiro por meio de plataformas on-line ou websites. Muitas vezes, as finanças alternativas valem-se de criptomoedas, como as bitcoins.

Para se ter ideia do potencial disso, a organização informa que o mercado de finanças alternativas no Reino Unido emprestou 1,74 bilhão de libras esterlinas em 2014 a pequenos e médios empreendedores, além de pessoas físicas. E estima que esse montante deve dobrar em 2015. O crescimento vem sendo exponencial nos últimos

anos, provavelmente como reflexo da crise financeira eclodida em 2008.

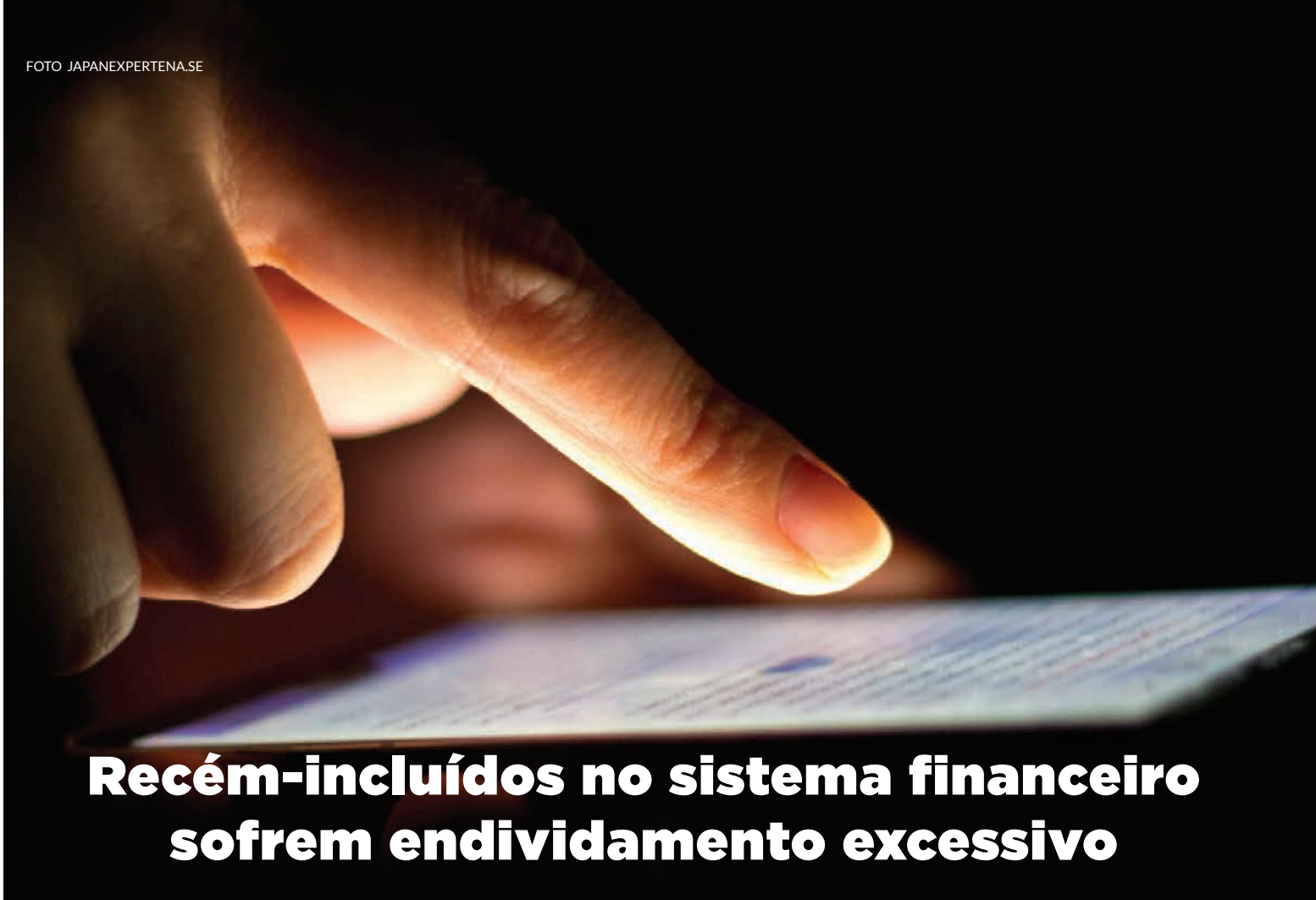
O relatório Understanding Alternative Finance (Entendendo as finanças alternativas), realizado pela Nesta com a Universidade de Cambridge, mostra o impacto socioeconômico desse tipo de finanças, ao ampliar possibilidades de captação e de financiamento, especialmente entre empreendedores individuais, pequenas e médias empresas. Em pesquisa realizada com empreendedores no Reino Unido, parte significativa declarou que não teria conseguido captar recursos para crescer e se desenvolver se não fosse por meio dessas modalidades.

As finanças alternativas são um guarda-chuva com diversos modelos de financiamento, entre os quais o P2P business lending (transação em que muitos indivíduos, por meio de uma linha de financiamento, emprestam a empresas, em geral pequenas e médias); o P2P consumer lending (por meio de plataforma on-line, indivíduos tomam dinheiro emprestado de outros indivíduos); o crowdfunding como doação (em que os recursos são doados por diversos indivíduos); o crowdfunding com recompensa (o doador recebe um produto ou recompensa tangível); entre outros.



FOTO ADAM HOWARTH

FOTO JAPANEXPERTENA.SE



Recém-incluídos no sistema financeiro sofrem endividamento excessivo

POR EDUARDO DINIZ E LAURO GONZALEZ*

No início de novembro de 2015, teve lugar em Brasília o Fórum Banco Central de Cidadania Financeira – evento organizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) –, que já se tornou o principal espaço de discussão sobre a necessidade de ampliar o acesso e o uso de serviços aos menos assistidos pelo sistema financeiro.

O Fórum organizou-se em torno de quatro grupos temáticos, cada um com três oficinas montadas com mesas compostas por especialistas de diversos segmentos dos setores público e privado, da academia e da sociedade civil.

Das 12 oficinas, por uma questão de espaço, vamos destacar a de indicadores, na qual foi apresentado e debatido o Relatório de Inclusão Financeira (RIF) nº 3, edição 2015. Na mesma linha das duas edições anteriores, de 2010 e 2011, este novo RIF fornece um diagnóstico bastante amplo do acesso a canais e uso de serviços financeiros no País. Só por isso já pode ser considerado uma referência fundamental para todos aqueles interessados em monitorar o sistema financeiro nacional pelo alcance geográfico e demográfico de sua rede atendimento, e pelo volume e disseminação de transações e serviços entre a população.

O destaque do acesso continua sendo o correspondente bancário, principal canal a levar serviços financeiros para regiões mais remotas e menos favorecidas. Com mais de 200 mil correspondentes, esse canal representa 70% de todos os pontos de atendimento, embora concentre apenas 8% dos 50 bilhões de transações anuais registrados no sistema. Isso pode indicar que o potencial de utilização dos correspondentes ainda não está completamente explorado, apesar de sua enorme capilaridade.

*Professores da FGV-Eaes e pesquisadores do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira (GVCemif)

Em contrapartida, o celular já é o canal por meio do qual 10% das transações bancárias foram realizadas em 2014, mais que o dobro de 2013. Importante dizer que canais remotos como o celular, caracterizados mais por consultas a saldos do que a transações como pagamentos e transferências, dependem da ampliação do acesso à internet para que possam se expandir e se tornar mais relevantes para a inclusão financeira.

No que se refere ao uso, o relatório surpreendeu com a indicação de que 85% da população brasileira tem algum tipo de relacionamento com instituições financeiras. Levando-se em conta apenas as contas que foram utilizadas nos últimos seis meses, esse índice cai para 72%, ainda alto se comparado com os 60% apontados nas **pesquisas da Febraban**.

Apesar de as metodologias serem diferentes e levando em conta que a Febraban não abarca instituições não bancárias, como as cooperativas, que só atendem a cerca de 4% da população, o número do Bacen parece alto e deve ser mais bem estudado para se entender com mais precisão a discrepância entre o acesso a uma conta de serviço no setor financeiro e o seu efetivo uso pelos cidadãos. Das contas simplificadas abertas, por exemplo, especialmente criadas para uso da população de baixa renda, menos de 60% são efetivamente utilizadas.

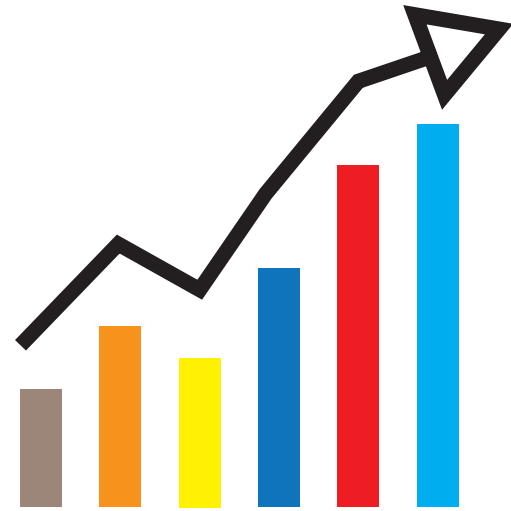
A novidade desse relatório fica por conta da forma como apresenta a terceira dimensão “qualidade” – que compõe, juntamente com as dimensões “acesso” e “uso” dos serviços financeiros, o tripé para descrever a evolução da inclusão financeira no País. A dimensão da qualidade procura identificar a relevância dos serviços e produtos financeiros do ponto de vista do cidadão. Por definição, deveria enfatizar o lado da demanda, enquanto as dimensões de acesso e de uso são tipicamente medidas no lado da oferta.

Considerando que o relatório foi construído a partir das bases de dados do próprio Banco Central, que coleta apenas informações dos bancos e de outras empresas do setor (portanto, no lado da oferta), a dimensão qualidade ficou restrita a informações sobre endividamento, comprometimento da renda e inadimplência. Ainda assim, merece especial atenção.

Pela dimensão qualidade pode-se identificar que cerca de 13 milhões de clientes entre os que têm renda de até 3 salários mínimos (38,2% dos tomadores de crédito dessa faixa) possuem um comprometimento em dívidas acima de 50% de sua renda. Cerca de um quarto desse segmento (24%) está endividado no rotativo do cartão de crédito e no cheque especial – 18% e 6%, respectivamente.

Isso demonstra um preocupante mau uso dos serviços de crédito – que possuem os juros mais altos do mercado – praticados entre a população de menor renda. Se o aumento de renda nas faixas sociais mais baixas ocorrido nos últimos anos ampliou o uso do cartão de crédito e contas especiais, esses clientes recém-incluídos no sistema financeiro parecem utilizar serviços

que podem ser deletérios ao bem-estar, sobretudo quando ocasionarem **sobre-endividamento**.



Em busca de indicadores

Após a apresentação do 3º RIF, os debatedores nesta oficina foram convidados a fazer comentários para o aperfeiçoamento futuro dos indicadores de inclusão financeira. Primeiramente foi apontada a necessidade de aprofundamento dos dados de microempresas, cruzando-os com dados dos microempreendedores individuais (MEI). Isso poderia enriquecer a visão sobre inclusão financeira, já que o relatório do Bacen enfatiza mais a perspectiva dos cidadãos como indivíduos do que a dos pequenos negócios.

Outro comentário abordou a necessidade de investigar as relações entre dados das diferentes bases do Bacen. Enquanto os indicadores apresentados buscam as relações extraídas de bases isoladas, é provável que a qualidade do uso de um serviço tenha relação com o canal por meio do qual foi acessado.

Um terceiro comentário referiu-se à disponibilização de dados para que mais pesquisadores possam ter acesso a outros modelos de avaliação de inclusão financeira e construam e testem. Ainda que parem questões de sigilo sobre os dados sensíveis das instituições financeiras, a possibilidade de haver bases de dados disponíveis a pesquisadores permitiria a construção de diferentes visões da inclusão financeira no País, além de ajudar na produção mais regular de relatórios como o RIF.

Por último, recomendou-se que sejam promovidas iniciativas de cruzamento sistemático de números do Bacen com dados socioeconômicos, em particular os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Esse cruzamento permitirá identificar melhor os benefícios da inclusão financeira, uma vez que esta é meio para se atingir o bem-estar social como verdadeiro fim.

Desastres ambientais colocam a pauta “verde” no radar

POR AMÁLIA SAFATLE

FOTO WIKIMEDIA



Depois que um terremoto de 8 graus na escala Richter arrasou a cidade de San Francisco, nos Estados Unidos, em 1906, a indústria de seguros nunca mais foi a mesma. Estabeleceu-se, de forma bastante dolorosa, a correlação entre desastres naturais e perdas bilionárias.

Causados ou não pela ação do homem, os desastres ambientais fizeram com que, ao longo da História, a pauta “verde” entrasse definitivamente no radar das seguradoras e resseguradoras. Desastres provocados em New Orleans pelo Furacão Katrina, em 2005, por exemplo, mostraram-se avassaladores o bastante para acender a luz laranja sobre os efeitos da mudança climática sobre as cidades, mas que também atingem em cheio a produção agrícola e a oferta de água, só para citar alguns exemplos.

O rompimento em novembro de 2015 de uma barragem de rejeitos de mineração da Samarco (Vale-BHP Billiton),

em Mariana (MG), que causou o maior desastre ambiental no País, vem engrossar a lista de perdas de toda sorte, entrelaçadas entre si: ecológica, social, humana, econômica, financeira (veja ensaio fotográfico sobre o desastre [aqui](#)).

No passado recente, questões socioambientais e de governança têm sido incorporadas pela indústria de seguros, especialmente após o lançamento em 2012 dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Desenvolvidos pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma (Unep-FI, na sigla em inglês), os PSI fornecem um arcabouço para o mercado de seguros global tratar de riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança.

Em síntese, trata-se de uma abordagem estratégica em que todas as atividades na cadeia de valor do seguro devem ser feitas de forma responsável e prospectiva. Os objetivos são reduzir riscos, criar soluções inovadoras, melhorar o desempenho nos negócios e contribuir para a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Conheça [aqui](#) os princípios (em inglês).

No Brasil, o começo

De acordo com estudo do FGVces sobre o Sistema Financeiro Nacional, a indústria seguradora brasileira encontra-se no estágio conceitual de debates sobre a Economia Verde, mas já identifica e reconhece a relevância para a perenidade de suas atividades, especialmente no âmbito da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

Periodicamente, uma **comissão de sustentabilidade** riada pela confederação reúne-se para engajar o setor segurador no tema. Além disso, um **protocolo de intenções** foi firmado entre a CNseg, o Ministério do Meio Ambiente e o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. E uma **pesquisa recente** mostra o amadurecimento do setor em relação a práticas de sustentabilidade.

No entanto, as empresas que vêm debatendo o tema no âmbito da CNseg, signatárias ou não dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros, ainda possuem uma visão pouco uniforme sobre como as questões socioambientais se relacionam com a gestão dos riscos de sua carteira e as reservas garantidoras de seus passivos. Essa integração precisa ser facilitada por meio de diálogo com os órgãos reguladores, que atuam fortemente sobre as atividades de seguros e gestão de reservas.

Existe um espaço no mercado para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que vão desde a revisão dos processos de análise do risco, aceitação de clientes, emissão de apólices e manutenção de contratos até o lançamento de novos produtos e serviços que apresentem adicionalidades socioambientais. Veja [aqui](#) como as seguradoras no Brasil podem aderir à iniciativa.

No exterior, avanços

Já no âmbito internacional, a indústria de seguros diferencia-se especialmente quanto às práticas de prestação de contas em relação à integração das questões ambientais, sociais e de governança. As estruturas de relato dos signatários internacionais do PSI se apresentam de forma comparável e abrangente em relação às suas práticas na implementação dos Princípios, mesmo entre as que atuam em diferentes segmentos.

Lá fora, o mercado segurador já desenhou o cenário em que deve trabalhar nas próximas décadas, o qual acena com o aumento de perdas diante da ocorrência de desastres naturais mais frequentes e severos, crescente urbanização e aumento populacional.

Essas informações constam de um recente estudo do Unep-FI intitulado Insurance 2030 – Harnessing insurance for sustainable development, que mostra como os seguros podem ser utilizados para promover o desenvolvimento sustentável e para auxiliar as comunidades e as economias a enfrentar as ameaças, entre elas a do aquecimento global.

Em que ficar de olho

De fato, entre os temas prioritários até 2030, o documento do Unep-FI destaca a mudança climática, que na década passada esteve relacionada a 80% dos desastres naturais, causou perdas médias de US\$ 60 bilhões por ano ao setor de seguros e recentemente levou a severas crises de água no Brasil e na Califórnia.

Olhando do ponto de vista da oportunidade para a indústria de seguros, o documento cita a transição para a economia de baixo carbono como um estímulo para novas abordagens no campo da regulação e para lançamento de produtos inovadores, como seguros para projetos de energia limpa, prédios verdes, eficiência energética e veículos híbridos.

Há outros pontos de atenção para as próximas décadas, e muitos destes ligados à demografia, ao envelhecimento da população (com aumento de riscos de saúde e de custos para a Previdência) e à crescente desigualdade nos países emergentes, que podem levar a rupturas socioeconômicas, além do desemprego entre jovens. Quanto aos riscos políticos, são mencionadas a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Os pesquisadores chamam atenção também para os efeitos da urbanização sobre a saúde humana, como exposição à poluição do ar e maior incidência de doenças crônicas causadas pelo estilo de vida pouco saudável.

Mas também recaem riscos sobre a indústria de seguros em si, que globalmente possui US\$ 29 trilhões de ativos em carteira. O estudo traz dados de uma **pesquisa anual** internacional na qual os serviços financeiros e de seguros aparecem em último lugar no ranking das indústrias globais mais confiáveis.

“Muitos dos entrevistados concordaram com o fato de que o aumento da confiança pública no setor de seguros é uma prioridade crítica. Aumentar a transparência nas empresas através de produtos de seguros e operações, incluindo o investimento, é um primeiro passo necessário para atingir esse objetivo”, escrevem os autores do estudo do Unep.

Drops22



Mario Monzoni, coordenador do FGVces, explica a relação histórica entre finanças e sustentabilidade.

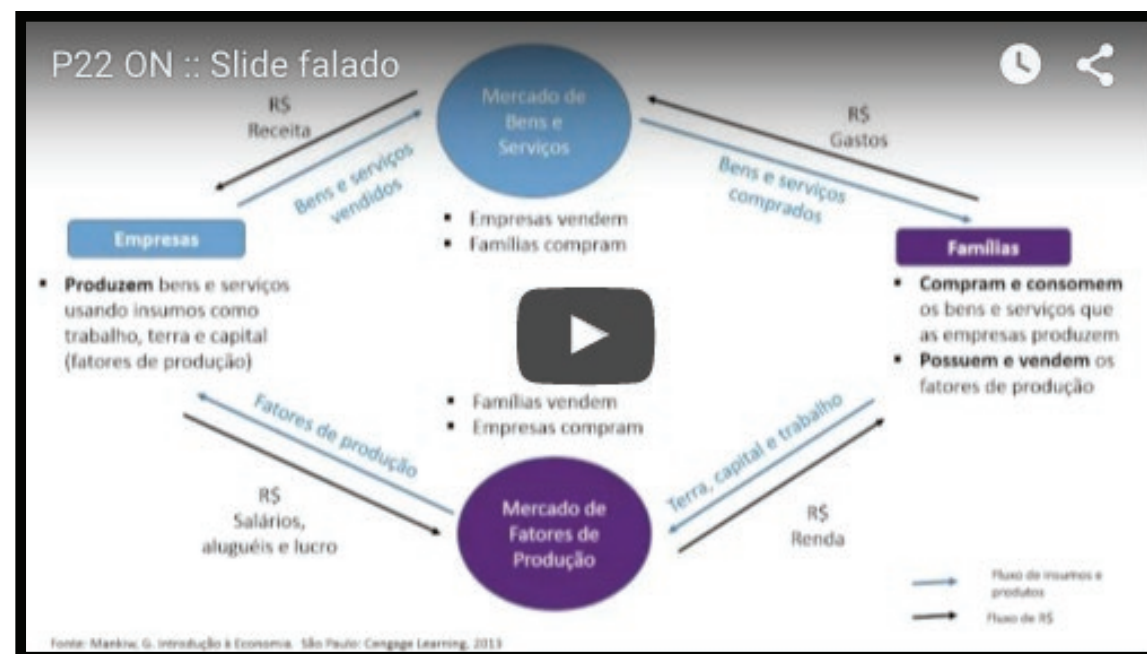
- Parte 1 – Bancos multilaterais**
A pressão por política de salvaguardas nas décadas de 1970 e 1980
- Parte 2 – Bancos privados e fundos de pensão**
Entram na mira das ONGs a partir da década de 1990
- Parte 3 – Áreas contaminadas**
Banco Fleet Factors, case de corresponsabilidade jurídica
- Parte 4 – As campanhas da sociedade civil**
“Onde o seu dinheiro esteve enquanto você dormia?”

- Parte 5 – Como surgiram os Princípios do Equador**
A resposta do Banco Mundial e as crescentes adesões
- Parte 6 – Riscos socioambientais dos bancos**
De prejuízos materiais até a perda de reputação
- Parte 7 – Asset management**
Investimento socialmente responsável
- Parte 8 – Índices de sustentabilidade**
Referências e mercados

Slide Falado

FOTO RUSTY SHERIFF

Ao explicar qual é o papel das finanças na transição para o desenvolvimento sustentável, Annelise Vendramini, coordenadora de do programa de Finanças Sustentáveis do FGVces, mostra a conexão entre a economia real e o setor financeiro.



Dicionário, curiosidades & leituras afins

COMPILAÇÃO: POR AMÁLIA SAFATLE

Neste Baú sobre Finanças Sustentáveis, você encontra Dicas de vídeos, livros, filmes, leituras e apresentações, além de um Dicionário para consultar o significado das expressões mais usadas. Em O papel de cada um, saiba qual é a função que os agentes econômicos e financeiros devem desempenhar na sociedade.

DICAS

Vídeos e filmes

- A Ascensão do Dinheiro é um documentário de 2008 que conta a história do dinheiro e do crédito, com base em livro homônimo do professor de Harvard Niall Ferguson. Disponível no [YouTube](#), dublado, em seis episódios.
- *Inside Job*, documentário de 2010 de Charles Ferguson, aborda os fatores que levaram à crise de 2008.
- O documentário *Enron: Os mais espertos da sala* mostra a trajetória da empresa que pediu falência em 2001.

- No documentário *Capitalismo: Uma história de amor*, de 2009, Michael Moore entrevista pessoas para retratar o meio financeiro.
- *Wall Street: Poder e cobiça*, filme de Oliver Stone de 1987, conta a história de um investidor frio e ganancioso. Em 2010, estreou a continuação *Wall Street*, o dinheiro nunca dorme.
- Em *O Lobo de Wall Street*, filme de 2013, Martin Scorsese conta a história do dirigente de uma corretora de títulos de Nova York que praticava fraudes de seguro e corrupção em Wall Street, na década de 1990.

Leituras

- **Reportagem** publicada em maio de 2008 em *Página22*, "As partes e o todo", de Flavia Pardini, já falava da crise financeira que eclodiria em 15 de setembro daquele ano e relacionava crises financeiras sistêmicas, a economia real e as crises ambientais globais.

- *Understanding Alternative Finance* (Entendendo as finanças alternativas) é um relatório de 2014 publicado pela organização Nesta e a Universidade de Cambridge que explica conceitos e mapeia a indústria de finanças alternativas no Reino Unido.

- O site da Unep-FI contém vasto conteúdo sobre uma série de temas em finanças sustentáveis: unepfi.org/publications.

- O livro *New Sustainability Advantage – Seven business case benefits of Triple Bottom Line*, de Bob Willard, mostra, por meio de sete casos empresariais, os benefícios advindos da gestão baseada no tripé econômico, social e ambiental.

- *Episódios da História Monetária*, de Milton Friedman, Editora Record, 1992.

- **Reportagem** da revista The Economist sobre as bitcoins, traduzida e publicada no Brasil pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Apresentações

Café com Sustentabilidade, série de apresentações promovida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Destaque para as apresentações sobre:

- Corresponsabilidade jurídica, ao abordar em que medida o setor financeiro pode ser responsabilizado ao financiar atividades produtivas que geram impactos socioambientais;
- Áreas contaminadas, ao mostrar como a poluição ambiental destrói o valor de áreas usadas como garantia financeira;
- Política de Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras (PRSA), ao debater as mudanças determinadas pela Resolução nº 4.327 do Banco Central, de 2014.

Dicionário

Acordos da Basileia – tratam de exigências mínimas de capital para instituições financeiras de maneira a fazer frente aos riscos ligados às suas atividades, por exemplo ao exigir um capital mínimo próprio em relação aos ativos de risco. São institucionalizados globalmente pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia. No Brasil, os acordos da Basileia são implementados pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central (Bacen) com regulação específica.

Business as usual – cenário em que os negócios são tocados de modo costumeiro, sem inovação nem mudança.

Cadastro Ambiental Rural (CAR) – consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP),

Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.

CRA – títulos representativos de cobertura vegetal que podem ser usados para cumprir a obrigação de Reserva Legal em outra propriedade. As CRAs, ou Cotas de Reserva Ambiental, podem ser criadas em áreas com florestas existentes ou com vegetação em processo de recuperação viável. Um dos pré-requisitos para a criação de CRAs é que as propriedades rurais tenham feito seu Cadastro Ambiental Rural (CAR). Saiba mais aqui.

Crises sistêmicas – crises provocadas por perdas em virtude de complicações financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras ou ao Sistema Financeiro Nacional como um todo.

Código Florestal – O primeiro Código Florestal data de 1934, tendo sido posteriormente revisto em 1965 e em 2012. Em 1965, a lei havia sido aprovada em um contexto em que a população brasileira se concentrava em zonas costeiras. Mas a realidade se transformou de tal forma ao longo do tempo – migração maciça para as áreas urbanas, a expansão do agronegócio para o interior, mecanização da agricultura, entre outros aspectos – que levou à revisão em 2012, dando origem ao Novo Código Florestal (NFC).

Custo-efetividade – qualidade de fazer com que um determinado objetivo seja atingido ao menor custo possível.

Desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que pressupõe (1) um sistema economicamente sustentável, capaz de prover produtos e serviços continuamente e de manter níveis de dívidas governamental e externa gerenciáveis; (2) um sistema ambientalmente sustentável, que mantém uma base estável de recursos, proporciona a manutenção da biodiversidade, a estabilidade da atmosfera e outras funções ecossistêmicas; (3) um sistema socialmente sustentável, com justa distribuição de renda e de oportunidades, provisão adequada de serviços sociais, tratamento igualitário dos gêneros, opções sexuais e etnias, e assunção de responsabilidades por parte do governo.

Due Diligence - processo de aprofundamento da análise e revisão das informações de uma organização – que pode ser financeira, econômica, ambiental ou social – com o objetivo de validar e/ou confirmar as oportunidades e riscos previamente identificados no processo de negociação.

Economia Verde – segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma, ou Unep, na sigla em inglês), é uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e em igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Tem baixa intensidade de carbono, é eficiente no uso de recursos e socialmente inclusiva.

Externalidades negativas – custos impostos à sociedade que não são arcados unicamente por aqueles que os provocam.

Filtros socioambientais – também conhecidos como screening (negativo ou positivo), os filtros socioambientais servem para retirar ou adicionar ativos no universo de investimento, antes de serem avaliados conforme suas características de risco e retorno. Filtros podem ser aplicados a setores inteiros ou a ativos específicos a depender de seu desempenho socioambiental.

Green Bonds – títulos de dívida (espécie de debênture) que são associados a condições socioambientais cujo cumprimento pela empresa emissora é monitorado por firmas de verificação e auditoria.

Integração – consiste na inserção das variáveis socioambientais na análise econômico-financeira e de risco-retorno dos ativos.

Liquidez – facilidade e velocidade com que um ativo pode ser transformado em dinheiro em caixa.

Materialidade – princípio que define o limiar a partir do qual uma informação sobre impactos sociais, ambientais e econômicos de uma organização é significativa o suficiente para ser relatada às partes interessadas (stakeholders), ou seja, para os públicos com os quais a organização se relaciona.

Mercado de capitais – um sistema de distribuição de valores mobiliários que proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabiliza o processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

Performance Standards – critérios que o IFC, o braço financeiro do Bando Mundial, define para seus clientes na gestão de riscos socioambientais. Assista aqui a um vídeo explicativo (em inglês) e acesse aqui as publicações.

Política de Avaliação com Critérios Socioambientais – políticas específicas que contenham critérios socioambientais para a avaliação de crédito, risco e investimentos dos clientes e operações financeiras de uma instituição.

Política de Responsabilidade Socioambiental das Instituições Financeiras (PRSA) – deve ser adotada pelas instituições financeiras, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.327, e conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela instituição. O objetivo é desenvolver um sistema de gerenciamento socioambiental que incorpore os riscos no processo normal de negócios da instituição financeira. Saiba mais aqui.

Princípios do Equador – conjunto de princípios desenvolvidos e adotados voluntariamente por algumas instituições financeiras internacionais e brasileiras na área de project finance, com o objetivo de compatibilizar investimentos e operações financeiras com a sustentabilidade socioambiental. Incluem: exigência de elaboração de estudos ambientais e sociais; elaboração de planos de gestão ambiental; divulgação de informações relevantes e consulta pública em prazos adequados, envolvendo

todos os atores pertinentes, de forma culturalmente apropriada; acompanhamento e monitoramento de projetos; capacitação de staff em matérias socioambientais. Mais em www.equator-principles.com.

Princípios para o Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment – PRI) – lançados em abril de 2006, estes princípios demandam a incorporação de questões ambientais, sociais e de governança nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão. Mais em www.unpri.org.

Princípios para Sustentabilidade em Seguros (Principles for Sustainable Insurance – PSI) – iniciativa lançada pela Unep-FI na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012. É um conjunto de princípios desenvolvidos e adotados voluntariamente pelas seguradoras para auxiliar o mercado de seguros global na avaliação de riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança. Saiba mais aqui.

Project Finance – estrutura de financiamento baseada na atratividade de um projeto específico e não na análise de crédito de uma corporação como um todo. Os credores avaliam a capacidade do projeto de gerar recursos que garantam o pagamento e remuneração de seu capital, independente de outros fluxos oriundos das empresas empreendedoras do projeto. Para tanto, cria-se uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) capaz de representar o projeto como uma entidade à parte.

Reserva Legal – segundo o Novo Código Florestal, é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. O percentual da propriedade que deve ser averbado como Reserva Legal varia de acordo com o bioma e a região em questão, sendo:

- 80% em propriedades rurais localizadas em área de floresta na Amazônia Legal;
- 35% em propriedades situadas em áreas de cerrado na Amazônia Legal, sendo no mínimo 20% na propriedade e 15% na forma de compensação ambiental em outra área, porém na mesma microbacia;
- 20% na propriedade situada em área de floresta, outras formas de vegetação nativa nas demais regiões do País;
- 20% na propriedade em área de campos gerais em qualquer região do País.

Resolução nº 4.327 – publicada em 25 de abril 2014, determina que as instituições financeiras, bem como as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem estabelecer e implementar uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

Sobre-endividamento – incapacidade de um devedor de cumprir com os seus compromissos financeiros; endividamento excessivo.

Riscos socioambientais – são definidos pela Associação Brasileira de Bancos como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos socioambientais. Segundo a associação, os riscos socioambientais que permeiam os projetos têm alto potencial de perdas em razão de atrasos e paralisações nas obras, de publicidade negativa, de ameaças de cassação de licenças e de gastos não previstos. Ao mesmo tempo, os danos à reputação de uma empresa podem superar consideravelmente os custos imediatos do projeto. Os riscos socioambientais devem ser identificados pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

Socially Responsible Investment (SRI) – orientação específica que limita a composição da carteira a investimentos que considerem os impactos socioambientais.

Valores mobiliários – de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), são formalmente definidos como quaisquer títulos ou contratos coletivos que dão direito à participação, parceria ou remuneração, inclusive serviços de renda, pelo quais os ganhos são o resultado do esforço do empreendedor ou de terceiros. Exemplos: ações, debêntures, notas comerciais, bônus de subscrição e cotas de fundos de investimento em valores mobiliários.

O papel de cada um

Conheça abaixo a função dos agentes econômicos e financeiros na sociedade:

Setor financeiro – contribuir para o desenvolvimento nacional. A resiliência do sistema financeiro é a preocupação central na agenda dos reguladores e da sociedade, porque, diferentemente do que ocorre na economia real, as crises bancárias têm contágio e impacto sistêmico. Esse aspecto tornou-se particularmente sensível após a crise deflagrada nos Estados Unidos em setembro de 2008 com perdas originadas no setor financeiro que prejudicaram economias do mundo todo.

No Brasil, cabe ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) atuar como um bem público, promovendo um desenvolvimento equilibrado e servindo aos interesses da coletividade – conforme estabelecido no artigo 192 da Constituição Federal.

Bancos – favorecer a intermediação entre poupadores e projetos de investimento; monitorar a execução dos investimentos de capital por eles financiados; contribuir para a alocação mais eficiente de recursos na economia e para a estabilidade monetária; e proporcionar serviços de pagamentos eficientes, reduzindo custos transacionais e gerando praticidade para o conjunto da sociedade. Ao canalizar dinheiro dos poupadores para os projetos de investimento, promovem a conexão entre os mercados financeiros e a economia real. Os bancos obtêm recursos de curto prazo por meio dos depósitos à vista, que podem ser resgatados pelos depositantes a qualquer momento, ou por meio de depósitos a prazo, com médio prazo para resgate, e emprestam esses recursos a prazos mais longos.

Veja no quadro abaixo exemplos de operações que podem ser oferecidas pelas instituições financeiras:



Fonte: FGVces

Bancos Centrais – mitigar riscos, integrar o sistema financeiro com políticas públicas desenhadas em outras esferas do Estado, e buscar maior eficiência no setor. Cabe ao Banco Central do Brasil (Bacen) agir na manutenção, regulação e supervisão do SFN, de modo a assegurar sua solidez, sua eficiência e seu fim público.

Mercados versus Estado – mercados e Estado têm papéis diferentes e complementares na busca pela alocação mais eficiente de recursos e pela geração de bem-estar social. Mercados têm limites para gerar bem-estar social quando há falhas, como concorrência imperfeita, externalidades, assimetria de informação e presença de bens públicos. Para corrigir as falhas, são necessárias políticas públicas voltadas para a utilização de instrumentos econômicos e mercados para as externalidades, soluções de comando-e-controle, políticas redistributivas de renda e fomento aos novos negócios.



www.p22on.com.br